

CONTRIBUIÇÕES FRANCESAS PARA O PENSAMENTO EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES BRASILEIROS¹

Maria Alice Nogueira*

O título nos convida a uma reflexão acerca da contribuição francesa para a pesquisa educacional no Brasil, e também para a formação do pesquisador brasileiro da área da Educação. Incapaz que sou de cobrir todos os campos das Ciências da Educação, pois há especificidades muito importantes em cada um deles, vou prudentemente, limitar-me ao meu terreno de investigação que é o da Sociologia da Educação. Assim, é sobretudo, dessa perspectiva, que irei abordar o tema. Dividirei minha exposição em duas partes: na primeira, tratarei da contribuição da França para a formação do pesquisador brasileiro para, na segunda, abordar a questão da influência daquele país no desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil.

A contribuição francesa para a formação de pesquisadores brasileiros

Começo, então, pelo primeiro ponto que me parece menos complexo. Para isso, apoiar-me-ie nos poucos dados de que dispomos sobre a questão ou, melhor dizendo, nos poucos dados que são do meu conhecimento, para não descartar imprudentemente a possibilidade da existência de dados a que não tive acesso. Pois bem, no plano da influência francesa sobre a formação de pesquisadores em Educação brasileiros, eu começaria assinalando que, em 1993, um pesquisador da Universidade de Paris X-Nanterre, chamado Jacky Beillerot, já falecido, publicou um relatório intitulado *As teses em Ciências da Educação: balanço de vinte anos de uma disciplina*.² Nesse relatório, ele

* Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

procedeu a um levantamento das teses em Ciências da Educação defendidas na França nas décadas de 1970 e 1980. E o dado relevante – para o assunto aqui em pauta – que retiramos desse relatório, é que, nessas duas décadas, os brasileiros figuravam como o maior contingente entre os doutorandos estrangeiros em Ciências da Educação, na França. O que, por si só, sinaliza a grande atração que a França exerce em nossa área, falando aqui da área em seu sentido largo, isto é, no sentido amplo de todas as Ciências da Educação.

Alguns anos mais tarde, uma rede de pesquisadores franceses e brasileiros – da qual eu mesma participei – apoiada pelo programa Capes-Cofecub³ – desenvolveu dois projetos de pesquisa interligados que visavam a estudar o papel e os efeitos dos estudos no exterior, realizados por jovens brasileiros, a partir das últimas décadas do século XX, na circulação das ideias, na modernização cultural do Brasil, enfim, na formação e renovação das elites intelectuais brasileiras.⁴ Esses pesquisadores partiam de um fato: a implementação, a partir dos anos 1950, de uma política agressiva e ininterrupta, por parte do Estado brasileiro, de concessão de bolsas de pós-graduação no exterior com, pelo menos, duas consequências.

Por um lado, ela possibilitou o acesso dos grupos sociais menos favorecidos a um bem cultural (estudos no exterior, formação de ponta) até então mantido como um privilégio dos “herdeiros” – para usar a expressão consagrada por Bourdieu –, ou seja dos jovens oriundos de famílias providas de recursos econômicos, mas também com o volume de capital cultural suficiente para conhecer e valorizar uma experiência educativa desse tipo. Nesse sentido, podemos realmente falar em democratização dessas oportunidades educacionais, uma vez que todo um contingente de jovens brasileiros pertencentes, sobretudo, às camadas médias da população, mas também – ainda que, em bem menor escala – às classes populares,⁵ tinham acesso à pós-graduação que, em alguns de seus níveis (principalmente o doutorado) e campos do conhecimento, só

existiam, no passado, em países estrangeiros. É nesse sentido que os pesquisadores da equipe franco-brasileira falam de uma “renovação das elites intelectuais brasileiras”.

E a segunda consequência é que essa política de Estado propiciou a criação do segmento até hoje considerado como o mais bem-sucedido de todo o nosso sistema de ensino, que é a pós-graduação brasileira cujos tem indicadores nos colocam nos primeiros lugares dos *rankings* da América Latina.

Pois bem, para retomar então, o tema da formação de nossos pesquisadores em Educação, gostaria de fornecer dois dados, resultantes dessas pesquisas realizadas sob a égide do Acordo Capes-Cofecub, que dizem diretamente respeito a esse tema.

O primeiro é aquele resultante do exame de um grande banco de dados colocado à disposição dos pesquisadores pela Capes, pelo CNPq e pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), cobrindo o período de 1987-1998, que compreende um total de 15.915 indivíduos que estudaram no exterior, sob os auspícios de uma dessas três grandes agências de fomento. Esse exame constatou que a França representou o primeiro país de destino dos bolsistas da área da Educação nesse período, com 112 bolsistas. Em segundo lugar, aparece o Reino Unido, com um número bem menor de bolsistas (cerca de 75) e, em terceiro lugar, os Estados Unidos (com 74). O estudo não desce às causas desse fenômeno ou, em outros termos, às razões dessa atração exercida pela França sobre nossos pós-graduandos em Ciências da Educação.⁶ Se isso é verdadeiro para o período pesquisado, atualmente convém adotarmos uma certa prudência, visto que já sabemos – por observação assistemática – que os países da Península Ibérica (Espanha e Portugal) têm aumentado, nos últimos anos, sua participação na formação dos pesquisadores da área da Educação.

E o segundo dado proveniente da pesquisa Capes-Cofecub refere-se a um levantamento – levado igualmente a cabo no âmbito dessa pesquisa – visando a identi-

Contribuições francesas para o pensamento educacional e a formação de pesquisadores brasileiros

Maria A. Nogueira

ficar os professores franceses que se encarregaram da orientação dos bolsistas brasileiros, em seu período de estudos, na França, tentando responder a questões como: quem são eles? A que instituições pertencem? Em que disciplinas trabalham? Quais as teses que orientaram? etc. Pois bem, numa lista com 78 nomes de orientadores, compreendendo todos os campos do saber, o sexto lugar, em número de orientações, é ocupado pela socióloga da educação Viviane Isambert-Jamati, professora aposentada da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Paris V e designada por Jacky Beillerot, no relatório acima mencionado, como “figura emblemática” porque “uma das fundadoras das Ciências da Educação”, na França. Das 120 teses de doutorado que ela orientou, no decorrer de sua vida ativa, 15 foram de estudantes brasileiros, entre os quais me incluo, e com muita honra. Mas esse dado é controverso pois, em um texto publicado, na França em 1992 e intitulado *La Sociologie de l'Éducation au Brésil*, as pesquisadoras brasileiras, Menga Ludke (Puc-Rio) e Estela Abreu,⁷ falam de cerca de 30 pesquisadores brasileiros que trabalharam – direta ou indiretamente – sob a batuta de Viviane Isambert-Jamati. A discrepância entre esses números se explica, a meu ver, pelo fato de que as duas últimas pesquisadoras contabilizaram também teses não defendidas e/ou pessoas que trabalharam sob a direção de Viviane, mas não tiveram como produto uma tese.

Em junho de 2006, e ainda no quadro da pesquisa Capes-Cofecub, entrevistei – juntamente com Jean-Pierre Faguer (EHESS) – Viviane Isambert-Jamati, com a finalidade, entre outras coisas, de ouvir seu relato como alguém que acolheu e orientou um tão expressivo número de brasileiros, como também de jovens estrangeiros de muitas outras nacionalidades. E confesso que fiquei desconcertada com a honesta simplicidade com que ela declarou, em resposta à minha pergunta sobre a razão do número de orientandos brasileiros, *je ne refusais personne* (“eu não recusava ninguém”). Ao que ela acrescentou

ainda que o fato de ser professora da “Sorbonne” – instituição de alto prestígio e longa tradição – também exercia um papel de grande atratividade aos olhos dos brasileiros.⁸

De toda maneira, ousou afirmar que a importância dessa socióloga para a pesquisa educacional brasileira ultrapassa, em muito, sua atividade de orientação de trabalhos acadêmicos, de vez que vários de seus ex-orientandos, na volta ao Brasil, passaram a desempenhar cargos ou funções de grande relevância no meio educacional. Sobre isso, assim escrevem Ludke e Abreu:

É sobretudo nos anos 1980 que voltam ao Brasil, os estudantes formados por Viviane Isambert-Jamati e que ocupam postos no ensino, na pesquisa universitária ou que exercem funções em órgãos de política educacional (LUDKE e ABREU, 1992, p. 94).

Porém, sobre este último aspecto, não dispomos de nenhum tipo de levantamento, mas apenas de algumas observações assintemáticas como, por exemplo, o fato de que o GT *Sociologia da Educação* da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) foi criado, no início da década de 1990, por iniciativa de seus ex-orientandos, os quais têm desempenhado, também, papel de destaque na condução do GT *Educação e Sociedade* da SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) e no GT *Educação e Sociedade* da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).⁹

Para finalizar este ponto sobre a orientação de estudantes brasileiros, assinalo – com base ainda no levantamento feito pela pesquisa Capes-Cofecub – que, dentre os nomes de orientadores franceses da área da Educação, depois de Isambert-Jamati, figuram: Le Thanh Khoi (Universidade de Paris V), com 8 teses; Eric Plaisance (Universidade de Paris V), com 6 teses; Gerard Vergnaud (CNRS), com 5 teses; e Gabriel Langouet (Universidade de Paris V), com 4 teses. É de se notar que três destes quatro últimos nomes, são ou foram – a exemplo de Isambert-Jamati – professores da Universidade de Paris

V, o que ressalta a grande importância daquela instituição e, em seu interior, a importância do – à época denominado – *Laboratório de Sociologia da Educação*, criado por Viviane Isambert, e do qual fizeram parte Eric Plaisance e Gabriel Langouet.

A contribuição francesa para a pesquisa educacional brasileira

Passo, então, ao meu segundo ponto: a influência da França, se não na pesquisa educacional brasileira, ao menos no que diz respeito à Sociologia da Educação no Brasil. E vou tomar como parâmetro a publicação e repercussão, entre nós, de livros franceses que se tornaram referência para o pesquisador brasileiro, embora esteja ciente de que, hoje em dia, são os artigos e *papers* que circulam mais fácil e agilmente nos meios científicos.

No que tange aos primórdios da Sociologia da Educação no Brasil, a primeira e grande referência foi certamente a de Émile Durkheim, reconhecido mundialmente como o próprio “pai fundador” da Sociologia da Educação.¹⁰ Sua obra *Educação e Sociologia*, foi publicada, postumamente, na França, em 1922 e, em 1929 é traduzida para o Português por Lourenço Filho e publicada, no Brasil, pela Editora Melhoramentos.

Sua receptividade aqui foi enorme: enquanto que, na França, ela só terá uma segunda edição mais de quarenta anos depois (em 1966), No Brasil ela foi sucessivamente reeditada, por muitos e muitos anos. Seus leitores estavam concentrados principalmente nas Escolas Normais, de tal modo que é possível afirmar que esse livro significou a mais forte, estável e regular influência na formação das nossas primeiras gerações de professoras primárias, i.e., das “normalistas”. Além disso, essa obra representou ainda uma grande fonte de inspiração para o primeiro livro de Sociologia da Educação publicado no Brasil intitulado *Sociologia Educacional*, de Fernando de Azevedo, publicado originalmente em 1940 pela Companhia Editora Nacional, e reconhecido como a primeira obra de Sociologia da Educação publicada na América Latina.

Como sabem os historiadores da Sociologia da Educação, após a morte de Durkheim, em 1917, um grande vácuo se abriu na Sociologia da Educação francesa. Alguns falam em “letargia”, outros falam em “eclipse”, mas o fato é que, durante longos anos, os sociólogos abandonaram o tema da educação.

Esse tema só voltará a aparecer, fortalecido no cenário da pesquisa francesa, nas décadas de 1960/1970 e, a partir daí, já podemos vislumbrar o impacto do pensamento sociológico francês sobre as primeiras gerações de pesquisadores brasileiros que circularam por esse país, principalmente graças à política nacional de formação de pesquisadores de ponta, à qual já me referi. E aqui não se deve esquecer sua preferência por estudar em Paris, certamente na Universidade de Paris V (a ainda chamada de Sorbonne), mas também na Universidade de Paris X (Nanterre) ou na Universidade de Paris VIII (à época denominada Vincennes).

Do regime de leituras a que estiveram submetidos, eles trouxeram para cá os autores que ali provocavam uma forte ressonância na década de 1970, como Georges Snyders, Louis Althusser, Roger Establet, Christian Baudelot e, certamente, Pierre Bourdieu.¹¹ Em que pese a enorme repercussão, nos anos que se seguiram (e que perdura até hoje), das teses de Bourdieu, ousou afirmar – com base em minhas lembranças pessoais de então graduanda na Universidade de Paris V – que, à época, o livro que mais impacto causou, entre estudantes, não foi *La reproduction*, mas sim *L'école capitaliste en France*, obra de filiação marxista, matizada pelas ideias da revolução cultural maoísta, então em curso na China. No Brasil, esse último livro chegou a constituir um objeto particular de análise do sociólogo Luiz Antônio Cunha, em seu livro *Uma leitura da teoria da escola capitalista*, na qual ele afirmava que

a construção de uma sociologia da educação orientada pelos marcos do pensamento dialético e da prática revolucionária teve nos trabalhos de Christian Baudelot e Roger Establet importante avanço (CUNHA 1980, p. 7).

Contribuições francesas para o pensamento educacional e a formação de pesquisadores brasileiros

Maria A. Nogueira

Mas, dentre toda essa literatura que, à época, ficou conhecida como “sociologia crítica da educação”, a obra de Bourdieu foi a que mais cedo foi traduzido no Brasil, e aquele que exerceu (e ainda exerce) a influência mais duradoura e mais profunda. Seu livro, *A reprodução*, foi publicado, pela Editora Francisco Alves, já em 1975, ou seja, apenas cinco anos após sua primeira edição na França.¹²

A partir daí, a influência desse autor jamais declinou, no Brasil. Pouco a pouco, ele foi se tornando o mais lido dentre os sociólogos da educação francófonos. Como prova, cito o caso de duas coletâneas de textos do autor que, desde sua publicação, têm tido sucessivas reimpressões, ao longo dos anos. A primeira, organizada por Sérgio Miceli e intitulada *A economia das trocas simbólicas*, foi publicada, pela primeira vez, em 1974, pela Editora Perspectiva, e já se encontra em sua sexta edição, datada de 2009. A outra, organizada por mim mesma e por Afrânio Catani e intitulada *Escritos de Educação*, teve sua primeira edição em 1998, pela Editora Vozes e, atualmente, encontra-se sua décima edição, datada de 2008.¹³

Esse sucesso estável e prolongado deve-se certamente ao fato de que o chamado por muitos de “paradigma da reprodução” significou uma revolução paradigmática na pesquisa educacional, à medida que se contrapunha à visão funcionalista, até então predominante, que via na escola um fator de mobilidade social e que fazia do mérito individual, o fundamento do sucesso escolar.¹⁴

Mas não se deve pensar que a influência do pensamento de Bourdieu, no Brasil, está restrita ao campo da Educação. O sociólogo Manuel Palácios da Cunha Melo, em sua tese de doutorado, defendida em 1997, no IUPERJ, e transformada no livro intitulado *Quem explica o Brasil* (1999), procedeu ao levantamento das referências bibliográficas de 302 teses e dissertações defendidas na área das Ciências Sociais, entre 1989 e 1993, em onze das mais importantes instituições brasileiras de ensino universitário. São elas: UFRJ, UFRuRJ, UFMG, UnB, UFRGS, UFPe, USP, Unicamp,

Unesp, PUC/SP, IUPERJ. Pois bem, ele constatou que Bourdieu é o autor mais frequente nas listas bibliográficas, vindo antes mesmo Max Weber, (segundo colocado), e de Karl Marx (em terceira posição). Ele constatou ainda, que 37% dos trabalhos acadêmicos citam Bourdieu, o que dá uma ideia do alcance de sua influência sobre os cientistas sociais brasileiros.

Voltando agora à pesquisa em Educação, a partir da década de 1980, um movimento de renovação atinge a Sociologia da Educação, como bem sabem seus historiadores. Nossa disciplina passará então por um processo de reorientação teórico-metodológica, em que novas problemáticas são formuladas e novas abordagens são introduzidas. De um modo geral, essa reorientação consistiu, em primeiro lugar, numa tentativa de questionar o determinismo sociológico característico do período anterior, que via na origem social do educando, o fator determinante de seu desempenho escolar e destino educacional. Esse modelo interpretativo, hegemônico por tantos anos, parecia dar mostras de uma certa saturação, conduzindo a disciplina a uma situação de impasse, do tipo: “não há mais nada de novo sob o sol sociológico”.

Em resposta a tal situação, o sociólogo adota novas escalas de trabalho, estendendo seu campo de observação a microunidades de análise, tais como a sala de aula, o currículo, o estabelecimento de ensino, a família do aluno. Seu pressuposto atual é o de que certas características do funcionamento intra-escolar podem, ainda que até certo ponto e dentro de determinados limites, alterar essa relação determinística entre pertencimento social (mas também étnico, de gênero etc.) e rendimento escolar. A pressuposição é, portanto, a de que o funcionamento escolar não é inócuo, e que por isso ele pode reduzir (ou mesmo aumentar) o peso da origem social nos destinos escolares.

Novas tendências sociológicas surgirão, então, sob a égide dessas ideias. Então, eu citaria dois livros que – mesmo não dispondo de uma observação sistemática como aquela levada a cabo por Manuel Palácios – me parece que vêm adquirindo grande importância

na pesquisa educacional brasileira, extrapolando até mesmo o âmbito da Sociologia da Educação.

O primeiro é o livro de Jean-Claude Forquin, intitulado *Escola e cultura – as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar* – que foi traduzido e publicado, no Brasil, em 1993. Sua primeira edição, na França, data de 1989. Trata-se da tese de doutorado do autor que se notabilizou por divulgar, entre os franceses, os célebres estudos anglo-saxônicos sobre o currículo. Pois bem, esse livro de Forquin tem sido alvo de uma recepção muito ampla entre nós. Além de fornecer uma ampla visão do que está em jogo nos debates sociológicos sobre os conteúdos transmitidos pela instituição escolar, o autor leva à discussão aquilo que parece estar no centro dos estudos do currículo, a saber, as teses sobre o relativismo cultural.

O segundo livro é o de Bernard Lahire, denominado *Sucesso escolar em meios populares – as razões do improvável*. Trata-se igualmente da tese de doutorado do autor, defendida e publicada na França, em formato de livro (1995). Dois anos depois, em 1997, o livro já estava publicado no Brasil, pela Editora Ática. Esse livro vem introduzir, entre nós, uma problemática nova que passamos a designar como *sucessos escolares estatisticamente improváveis*, isto é, o estudo dos casos atípicos e inesperados de êxito escolar em meios sociais desfavorecidos, embora já comecem também, a aparecer pesquisas sobre o *outro lado da mesma moeda*, ou seja, o do fracasso escolar entre os grupos favorecidos. O fato é que se trata de casos que contrariam as regularidades estatísticas e que, por isso, não despertavam a atenção dos sociólogos das gerações anteriores. Pois bem, o livro de Lahire vem inaugurar todo um novo campo de estudos, no Brasil que prospera rapidamente. Recentemente contabilizamos, num recenseamento feito na UFMG (Souza, 2009), quase duas dezenas de teses e dissertações concluídas ou em andamento, em todo o país, inspi-

radas nessa nova abordagem do tema das desigualdades sociais de escolarização.

Seria possível ainda falar de outros autores que também têm sido muito lidos e explorados pela pesquisa educacional brasileira. Penso, por exemplo:

a) nos trabalhos de Bernard Charlot e na noção de “relação com o saber”, formulada por ele e por sua equipe da Universidade de Paris VIII – Saint-Denis.¹⁵ O mérito dessa noção está na mediação que ela introduz entre as duas variáveis clássicas (origem social e desempenho escolar), de modo a considerar que o sentido atribuído pelos alunos ao saber escolar (e suas disposições de valorização/desvalorização, interesse/desinteresse pelos estudos) é relativamente independente da posição social ocupada, e constituem fatores nada desprezíveis de sucesso escolar. Daí o fato de que nem todos os alunos dos meios populares fracassam na escola, assim como nem todos os alunos favorecidos obtêm êxito nos estudos;

b) nas obras de Philippe Perrenoud com sua noção de “ofício de aluno” que constitui um outro conceito que, ao meu ver, cumpre o mesmo papel de interpor mediações na relação determinística entre a origem social e os resultados escolares. E isso à medida que Perrenoud demonstra, com suas pesquisas empíricas, que os alunos que desempenham bem seu ofício de aluno, ou seja, aqueles que aprenderam a jogar bem o jogo escolar, tendem a apresentar vantagens escolares que são relativamente autônomas face à origem social ou às vantagens provenientes do capital cultural de sua família.

Finalmente, eu acrescentaria que, em 2002, o GT *Sociologia da Educação* da ANPEd que comemorava, então, seus doze anos de funcionamento, encomendou a um de seus membros, o sociólogo Marcio Costa, da UFRJ, um levantamento dos trabalhos apresentados no GT, ao longo de sua existência, apontando as tendências teóricas,

Contribuições francesas para o pensamento educacional e a formação de pesquisadores brasileiros

Maria A. Nogueira

metodológicas e bibliográficas que marcaram esse período. Pois bem, o estudo concluiu por uma “fortíssima influência francesa na produção do GT”, a qual supera, de longe, a influência da produção anglo-saxônica que, no entanto, como se sabe, é quantitativamente bem mais abundante.¹⁶

A razão de encerrar meu texto com esse último dado é de ressaltar que considero que o impacto do pensamento francês sobre a produção científica brasileira no campo da Educação permanece forte e fecundo, mantendo uma tradição que se abriu com Durkheim e que remonta aos inícios do século passado.

Notas

¹ Exposição realizada em 4 de agosto de 2009, no “Colóquio Internacional Diálogos Culturais e Cooperação Científica França-Brasil”, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco – Recife/PE. A autora agradece o convite e os comentários sobre sua exposição.

² No original: Les thèses em Sciences del'Éducation. Bilan de vingt années d'une discipline.

³ O Programa Capes-Cofecub consiste em um acordo de cooperação científica entre a França e o Brasil, assinado em 1978, cujo objetivo é estimular e apoiar projetos conjuntos de investigação e a formação de docentes e pesquisadores.

⁴ Trata-se dos seguintes projetos: Internacionalização das trocas científicas e recomposição das elites nacionais – 1970/2000, desenvolvido entre 2001 e 2004, sob a coordenação de Afrânio Garcia (EHESS) e de Leticia C. Bicalho (Unicamp), e do projeto Circulação internacional dos universitários e transformação do espaço cultural no Brasil, desenvolvido entre 2004 e 2006, sob a coordenação de Monique de Saint-Martin (EHESS) e de Roberto Grun (Ufscar).

⁵ Ver a esse respeito os artigos de Marie-Claude Muñoz e Afrânio Garcia “Les étudiants brésiliens en France (2000-2001): parcours intellectuel et inscription académique” e de Ângela Xavier de Brito “Transformations institutionnelles e caractéristiques sociales des étudiants brésiliens en France”, ambos publicados em Cahiers du Brésil Contemporain, n. 57/58-59/60, 2004-2005.

⁶ É sabido que, no campo das Ciências Humanas, de uma maneira geral, sempre houve um amplo predomínio da França, como país de destino.

⁷ Cf. LUDKE, M. e ABREU, E. “La sociologie de l'Éducation au Brésil”. In: PLAISANCE, E., Permanence et renouvellement en Sociologie de l'Éducation. Paris: INRLP/L'Harmattan, 1992.

⁸ Minha reação de desconcerto se deveu, também, ao fato de que eu não desconhecia seus atos de acolhimento a alguns jovens que, naquele momento, viviam na França, na condição de exilados políticos.

⁹ Viviane Isambert-Jamati esteve uma só vez no Brasil, por ocasião do Seminário Internacional de Sociologia da Educação, realizado na PUC-Rio, em setembro de 1984, quando ministrou a conferência “Para onde vai a Sociologia da Educação na França?”.

¹⁰ Cf. notadamente CARDI, F. e PLANTIER, J. e GAUDEMAR, P. Durkheim – sociologue de l'éducation. Paris, INRP/L'Harmattan, 1993.

¹¹ Refiro-me principalmente às seguintes obras: SNYDERS, G. École, classe et lutte de classe (Paris, PUF, 1976); ALTHUSSER, L. “Idéologie et appareils idéologiques d'état” (La pensée, n. 151, junho/1970, p. 3-38); BAUDELLOT, C. & ESTABLET, R. L'école capitaliste en France (Paris, Maspéro, 1971); BOURDIEU, P. La reproduction (Paris, Minuit, 1970).

¹² Assinalo que o livro A reprodução foi recentemente reeditado (em 2008), pela Editora Vozes.

¹³ A Editora Vozes já informou os organizadores, sobre essa coletânea, de que sua 11ª edição encontra-se no prelo, com previsão de saída para janeiro de 2010.

¹⁴ A esse respeito, ver NOGUEIRA, M. A. & NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (3ª edição, 2009).

¹⁵ A equipe de pesquisa ESCOL (Éducation, Socialisation e Collectivités Locales) é formada, além de Charlot, por Jean-Yves Rochex e Elisabeth Bautier.

¹⁶ Esse estudo foi posteriormente publicado na Revista Brasileira de Educação, em seu número 22, datado de 2003.

Contribuições francesas para o pensamento educacional e a formação de pesquisadores brasileiros

Maria A. Nogueira